



Entrevista com Mario Caneva

Membro fundador do Movimento Internacional para uma nova Museologia - MINON/
ICOM fala sobre como surgiu uma Museologia dialógica e inclusiva

Entrevistado



Mario Caneva de Magalhães Moutinho

Doutor em Antropologia Cultural pela Université Paris VII, (Paris VII), Paris, França
Coordenador do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Lisboa,
(ULHT), Lisboa, Portugal

CV online: <https://www.ceied.ulusofona.pt/pt/investigadoresas/investigadores-integrados/mario-moutinho/mcmoutin@gmail.com>
mario.moutinho@ulusofona.pt

Entrevistadores

Lúcia Glicério Mendonça

Doutora em Museologia pela Universidade do Porto, (UP), Porto, Porto, Portugal
Docente do Curso de Especialização em Divulgação Científica do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ), Mesquita, Rio de Janeiro, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/2593013709520129>
<https://orcid.org/0009-0001-9640-416X>
lucglicer@edu.unirio.br

Monique Batista Magaldi

Doutora em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Brasil
Coordenadora do Curso de Graduação em Museologia, no turno Integral, da Escola de
Museologia (UNIRIO). Rio de Janeiro, RJ, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/4099412365622223>
<https://orcid.org/0000-0001-9627-6957>
monique.magaldi@unirio.br

Em 30 de julho de 2023, a confirmação oficial da decisão favorável do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Museus (ICOM), relativa à 165ª Sessão de 23 e 24 de março de 2023, sobre a proposta de constituição de um novo Comitê Internacional de Museologia Social foi divulgada entre os participantes do Grupo de Trabalho para a Criação de um Comitê Internacional de Museologia Social. O e-mail era assinado pelo Prof. Mário Moutinho, Secretário Interino do referido Grupo de Trabalho e um dos principais agentes do percurso histórico que passou pela fundação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Nesta entrevista, o Professor Mário Moutinho esclarece os caminhos, reflexões e lutas de muitos profissionais, estudiosos e militantes das causas dos Direitos Humanos no sentido de construir uma Museologia mais dialógica e inclusiva. A sensibilidade para o social e a conscientização de que os museus estão a serviço das sociedades foram decisivas para que museus e a Museologia abrissem espaços, corações e mentes para a inclusão e a solidariedade.

Lúcia Glicério/Monique Magaldi: Existiriam alguns marcos históricos, declarações, mesas redondas no campo dos museus e da Museologia, que deveriam ser considerados, quando pensamos em uma “Museologia inclusiva”, especialmente no que diz respeito aos aspectos sociais?

Mário Moutinho: Podem ser considerados quatro marcos históricos principais materializados em documentos preparados no seio de conferências internacionais.

A primeira etapa: o desejo

A Declaração de Santiago do Chile, em 1972. “*O museu é uma instituição a serviço da sociedade.*” Nesta primeira etapa, o movimento dos ecomuseus foi particularmente relevante e sua síntese está presente na Definição Evolutiva de Ecomuseu de George Henri Rivière, que resumidamente afirma que um ecomuseu é um instrumento concebido, formado e operado em conjunto por uma autoridade pública e uma população local. O envolvimento da autoridade pública se dá por meio dos especialistas, instalações e recursos; o envolvimento da população local depende de suas aspirações, conhecimento e abordagem individual. (Cf. Definição evolutiva de Ecomuseu de George Henri Rivière, 1985)

Mais de 40 anos depois, em fevereiro de 2015, houve *uma revisão* desta definição pelo Heritage Saskatchewan e a Museums Association of Saskatchewan, reforçando a dimensão comunitária em todos os níveis da gestão dos ecomuseus.

Primeiro, como museus comunitários, os ecomuseus são produtos de suas comunidades, portanto, precisam ser iniciados, caracterizados e administrados pelos residentes locais. Seu escopo geográfico, estrutura de governança e outras características não são determinados ou supervisionados por uma agência externa e, quaisquer que sejam os fins que decidam buscar, suas atividades e resultados dependem do envolvimento ativo da comunidade. (Heritage Saskatchewan; Museums Association of Saskatchewan, 2015).

A segunda etapa: a afirmação

A Nova Museologia firma-se com o I Atelier Internacional em Montreal - Haute Beauce e o II Atelier Internacional - Lisboa com a criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). É alargado o conceito de Nova Museologia, incluindo, para além da Ecomuseologia (França, Bélgica e Canadá), a Museologia Comunitária na América Latina, os Museus de Vizinhaça nos Estados Unidos (EUA), os Museus locais em Portugal, enfatizando o caráter global das práticas da Museologia Inclusiva.

Este novo movimento põe-se decididamente ao serviço da imaginação criativa, do realismo construtivo e dos princípios humanitários definidos pela comunidade internacional. Torna-se, de certa forma, um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca (Declaração de Quebec, 1999).

A terceira etapa: a diversidade

Depois do Quebec, a Museologia Social passou a ser reconhecida como uma Museologia dialógica de base comunitária. A abordagem multidisciplinar da Museologia Social visa consolidar o reconhecimento da Museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da Humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica. A Museologia Social passa a incorporar uma grande diversidade de práticas e novas reflexões: Ecomuseologia, Museologia Comunitária, Museologia Indígena, Museologia Nativa, Museologia LGBTQI+, Museologia Interseccional e outras.

A quarta etapa: o reconhecimento

O reconhecimento global da Museologia Social tem sido, nos últimos anos, objeto de posicionamentos integradores por parte de instituições internacionais, nomeadamente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

A UNESCO através da apresentação da Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade, aprovada em 17 de novembro de 2015, afirma:

Os Estados-membros são encorajados a apoiar a função social dos museus, conforme destacado pela Declaração de Santiago do Chile de 1972. Os museus são cada vez mais vistos, em todos os países, como tendo um papel-chave na sociedade e como fator de promoção à integração e à coesão social. Nesse sentido, podem ajudar as comunidades a enfrentar mudanças profundas na sociedade, incluindo aquelas que

levam ao crescimento da desigualdade e à quebra de laços sociais (...). Os museus também devem promover o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero. Os Estados-membros devem encorajar os museus a cumprir todos esses papéis.

18. Nos casos em que o patrimônio cultural de povos indígenas esteja representado em coleções de museus, os Estados-membros devem tomar as medidas apropriadas para encorajar e facilitar o diálogo e o estabelecimento de relações construtivas entre esses museus e os povos indígenas com respeito à gestão dessas coleções e, onde for apropriado, ao retorno ou à restituição de acordo com as leis e as políticas aplicáveis (Unesco, 2015).

Igualmente, o ICOM, através da aprovação de nova definição de Museus, põe em evidência o papel das comunidades e o direito à interpretação. Chama a atenção para uma atuação inclusiva, acessível e para o fomento da diversidade e da sustentabilidade. Ou seja, retoma os pressupostos sempre expressos pela Museologia Social nas suas diferentes formas e épocas. Somado a isso, a comissão Executiva do ICOM aprovou agora a criação do Comitê Internacional da Museologia Social, em março de 2023.¹

Foi uma iniciativa de 108 membros do ICOM, signatários desta solicitação, apoiados por outros tanto museólogos, ativistas, curadores atuando no campo da Museologia Social provenientes de vinte países, com particular relevância da Ibero-América (Argentina; Bolívia; Brasil; Chile; Colômbia; Costa Rica; Cuba; Equador; México; Peru; República Dominicana; Venezuela; EUA; Espanha; França; Itália; Portugal; Reino Unido e China), incluindo as Comissões Nacionais do ICOM do Brasil, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, México e Peru.

Este Comitê, após efetuar alguns passos administrativos necessários, deverá estar funcionando plenamente no final de 2023 ou princípio de 2024.

O que é importante nesta quarta etapa é o **reconhecimento**. O reconhecimento público, o reconhecimento global e o reconhecimento pelas instâncias próprias. É que, de fato, ao reconhecer a Museologia Social como algo que existe e que tem raízes e ligações profundas com o trabalho da Unesco, se deram grandes passos. Por duas razões: por um lado, uma questão de justiça para com os milhares de pessoas que trabalham por esse mundo fora e dedicam suas vidas às comunidades, pessoas que trabalham no campo da Museologia Social, que trabalham no campo da solidariedade.

O que me parece importante é o justo reconhecimento que a comunidade museológica presta ao esforço dessas pessoas. Há muitos países, a generalidade dos países não são países onde seja fácil trabalhar essas questões da solidariedade, da inclusão, do gênero. Isso são temas que levam as pessoas para a cadeia, pelos quais as pessoas morrem por defenderem os ideais dos Direitos Humanos. Falar sobre Direitos Humanos em alguns países significa uma condenação. Então, essas pessoas têm agora o respaldo de mais uma instância internacional. Isso me parece ser da maior importância. Um dos resultados que este comitê terá é o reconhecimento deste trabalho, e isso é um ato de justiça.

Depois, também há outra dimensão que é necessidade de promover a Museologia Social. Porque não são as instâncias oficiais que, na generalidade dos casos, resolvem os

1 Ver <https://gtmuseologiasocial.network/>

problemas. Os problemas têm que ser resolvidos localmente, com os meios que as pessoas têm, e isso faz a diferença. Se não forem eles a fazer, ninguém o fará. Fala-se muito no Brasil: o Estado não chega à favela, o estado não chega. E no Brasil, como em toda a América Latina, como na Europa, o estado não chega a todos esses sítios. Então, as pessoas têm que fazer. A importância do trabalho comunitário, dialógico, é evidente e é fundamental. Reforçar essa necessidade me parece importante. E mais ainda, há sítios em que já existem museus e onde, de uma maneira ou de outra, as pessoas vão enfrentando o dia-a-dia e tentando ultrapassar os seus problemas, os problemas comuns. Mas há muitos sítios onde isso ainda não chegou, isto é, a Museologia como um recurso para as pessoas se juntarem e trabalharem. Então, um dos projetos desse novo comitê, talvez sonhando demais, é pensar que poderá levar a Museologia Social enquanto recurso comunitário, enquanto instrumento dialógico, assente na solidariedade e na memória coletiva, para novos territórios. Lugares que possam utilizar esse recurso para atingir os mesmos objetivos que hoje em dia muitos outros museus espalhados pelo mundo estão conseguindo, trabalhando a autoestima das pessoas, trabalhando, enfrentando os problemas da educação, da saúde. E veja-se, durante a pandemia, o trabalho feito em muitos museus, pequenos museus, quase sempre: Então, este momento do reconhecimento dado pela criação deste Comitê Internacional tem também essa finalidade, de divulgar e expandir a ideia de uma Museologia Social. Não faz parte dos “currículos Lattes” a existência de uma Museologia Social, não faz parte do discurso da imprensa, dos medias. Não faz parte de nenhum desses discursos, nem faz parte dos discursos políticos tradicionais.

Então, esse comitê terá o poder de chegar a alguns novos sítios, por caminhos que não estão definidos, que teremos que trabalhar neles. Terá que ser também um trabalho muito bem pensado, como deverá ser feito. Não se põe aqui a ideia de distribuir a boa nova ou a boa palavra às pessoas, não é nesse espírito. Deve ser feito, no fundo, porque estamos trabalhando os mesmos desafios, que são a inclusão, o gênero, a sustentabilidade, a sobrevivência, a saúde, a educação.

E na generalidade dos países, vive-se nos limites da pobreza. A gente, por vezes, se esquece disso, mas se fizermos bem as contas, a maioria da população mundial vive abaixo dos limites da pobreza, em qualquer país. Inclusive, na Europa e nos Estados Unidos, onde mais de 20% das pessoas vivem abaixo do nível da pobreza, que nem sequer é reconhecido como pobreza, é dito *em risco de pobreza*. Não é risco nenhum, há muito tempo que já estão pobres. Há muito tempo que já não conseguem pagar a saúde, a alimentação. Portanto, face ao empobrecimento global do planeta, todos os recursos que põem as pessoas a dialogar entre si, a aprofundar a sua consciência crítica, a trabalhar em parceria são necessários e urgentes. Todos esses recursos são bem-vindos para poder, dentro do possível, ultrapassar alguns desses desafios, mesmo que seja provisoriamente, mesmo que seja só por um instante.

Portanto, o que há de importante neste momento é o **reconhecimento** internacional da Museologia Social, que é um momento importante para a Museologia. Não se deve esquecer que, por exemplo, em 1982, não foi assim há tanto tempo, o ICOM recusou a

criação de um comitê de ecomuseus. E era o auge dos ecomuseus, na França, na Bélgica e no Canadá. E as pessoas rejeitaram liminarmente que houvesse um comitê internacional para os ecomuseus.

Isto é evidentemente, eu diria, uma vitória. Todos nós que trabalhamos nesses museus, em diferentes funções, conseguimos que o ICOM reconheça a Museologia Social, acho que é uma mudança de atitude. Sobretudo, se pensarmos que a maioria dos membros do ICOM está na Europa. Então, é a altura de o Sul-Sul dizer, propor e impor as suas regras. É um empoderamento, em particular, do espaço ibero-americano e muitas dessas coisas passam, em particular, pelo Brasil.

Há razões para ser o Brasil. Há os anos todos da política do Governo Lula e do ministério do Gilberto Gil que criaram, pela primeira vez, uma política pública para os museus numa perspectiva de inclusão, de Direitos Humanos. Mas nenhum país ainda no mundo fez isso: Então, nós aqui em Portugal, nós temos um Ministério da Cultura, mas a gente pensa que é uma repartição de funcionários. Porque não tem ideia nenhuma do que anda a fazer. Era melhor até nem haver Ministério da Cultura, o que faz ou nada, nada é. Também, o Brasil, nos últimos quatro anos, foi assim. Mas as coisas voltaram, e é por haver, talvez, não sei, uma política pública consistente durante tantos anos, que alterou e consolidou os projetos de Museologia Social e fomentou, no fundo, todas as redes que há de Museologia por todo lado. Enfim, o Brasil é uma referência nesse sentido. Há coisas que só no Brasil acontecem, como uma política pública claramente orientada para a Museologia Social. Isto é raro. Para mim, acho que este reconhecimento tem muitas razões de necessidade e de justiça.

Lúcia Glicério/Monique Magaldi: Quais os aspectos mais relevantes que devem ser ressaltados quando falamos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, de 1972?

Mário Moutinho: Gostaria de ressaltar, na Declaração de Santiago, o seguinte trecho:

O museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, [...] engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respetivas realidades nacionais;

Que a transformação das atividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem [...] (ICOM, 1999).

A partir da citação, ressalto duas coisas: a função do museu e, depois, o problema da formação das pessoas trabalhando nos museus. Enquanto a formação for voltada para os museus normativos, o produto será esse. Por isso, dizem na declaração, no segundo parágrafo, que a transformação das atividades dos museus exige uma mudança progressiva na mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus, assim como das estruturas das quais eles dependem. Me parece que aqui se juntam as duas coisas, a função em si e

a responsabilidade das instituições, inclusive as instituições de ensino, em ajudar a alterar a mentalidade das pessoas. Porque se você quer fazer Museologia Social com mentalidade da outra, não se vai a lado nenhum. Eu não tenho nada contra a museologia normativa, é uma atividade que merece todo o respeito. Os profissionais merecem todo o respeito, o trabalho que fazem é um trabalho extraordinário. Portanto, nada tenho contra. A coisa que lhes desejo é sucesso e meios para fazer aquilo que eles precisam fazer. E não há portas fechadas, nada. Agora, é evidente que quem tem uma formação orientada para trabalhar com objetos diferente de quem teria uma formação orientada para trabalhar com pessoas. São saberes diferentes, são sensibilidades diferentes, e as universidades estão muito desatentas a essa dualidade, portanto, há que se fazer e há que se trabalhar essas outras dimensões, tal como já dizia a Mesa Redonda de Santiago. É mais do que a mentalidade, é naturalmente a sua postura política na própria vida, não é? Há quem se preocupe com os Direitos Humanos e há quem para isso seja indiferente. Para isso, não precisa ser conservador de museu para ser indiferente aos Direitos Humanos, há em todas as profissões. Há muita gente, infelizmente, como cada vez mais se afirma, que é completamente indiferente ao pensamento crítico, à inclusão, aos Direitos Humanos, à dignidade humana, tudo isso. Nós não vivemos em um planeta bonito.

Lúcia Glicério/Monique Magaldi: O professor poderia contar como o Movimento da Museologia Social se constituiu (apontando marcos e perspectivas inovadoras para época, e como o movimento é compreendido hoje)?

Mário Moutinho: A Declaração do MINOM do Rio de Janeiro de 2013 sintetiza muito bem as formas pelas quais a Museologia Social/Inclusiva/ Dialógica/Comunitária se manifesta propondo que:

Os museus comunitários sejam compreendidos como processos políticos, poéticos e pedagógicos em permanente construção de sua visão de mundo.

Essas organizações tiram e põem, fazem e desfazem suas memórias, sentimentos, ideias, sonhos, ansiedades, tensões, medos e vivem sua própria realidade.

São museus que assumem seus próprios jeitos de musealizar, ao fazer uso dos conhecimentos nas formas que lhes convém (Conferência Internacional do Minom, 2013).

Por sua vez, no que diz respeito à atualidade, penso que a declaração do Rio foi muito feliz na formulação, no fundo, do que hoje em dia se entende como Museologia Social ao afirmar claramente que são processos políticos, poéticos e pedagógicos. Essa é a base. Depois, também diz que essas organizações tiram e põem, fazem e desfazem as suas memórias, sentimentos, ideais, sonhos e ansiedade. Tudo isso é dinâmico, a única coisa que não é dinâmica é o museu normativo. Ao assumir, esse “*tira e põe, faz e desfaz*”, é aceitar que o contexto social com suas próprias dinâmicas condiciona o ato museal, não é? E esta ideia é completamente contrária ao museu permanente. Eu acho que essas museologias falam dos museus intermitentes. Porque eles vivem, no fundo, em função das próprias dinâmicas.

Para um museu de coleções, óbvio que a permanência é importante. Então, vamos aceitar que essa dimensão da ligação com as dinâmicas locais são museus que assumem os seus próprios jeitos de musealizar. E isso me parece igualmente importante. Não há regras na Museologia que possam condicionar o fazer da Museologia Social. Ela faz aquilo que for adequado em cada momento. Agora, não há um manual de como fazer o que quer que seja no campo da Museologia Social enquanto fruto do trabalho coletivo e dialógico.

Lúcia Glicério/Monique Magaldi: Existiria(am) diferença(s) ou semelhança(s) entre a Museologia Social e Sociomuseologia ? Qual(is)?

Mário Moutinho: A Sociomuseologia, enquanto disciplina acadêmica (Huges de Varine), tem se constituído, ao longo dos anos, como uma Escola de Pensamento. A Sociomuseologia assenta na interdisciplinaridade, em particular no campo das Ciências sociais, apelando às áreas do conhecimento consolidadas na sua relação com a prática dos museus e os processos museológicos, procurando explicitar os conceitos que a sua compreensão e superação dos desafios que enfrenta implicam.

Importa, no entanto, considerar que a Museologia Social nas suas diferentes formas e a Sociomuseologia não ambicionam estatutos diferentes, correspondendo a primeira à Prática e a segunda à Teoria, visto que, neste caso, teoria e prática se retroalimentam.

O que une orgânica e dialeticamente o “fazer e pensar” da Museologia Social e da Sociomuseologia é a capacidade em ambas de pensar criticamente a Museologia e o lugar que cada indivíduo /coletividade e cada expressão museal/ museológica, ocupa na reinterpretação do mundo, na compreensão do local e dos desafios globais.

REFERÊNCIAS

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO MINOM. Declaração MINOM Rio 2013. In: **XV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO MINOM**, 9., 2013. Rio de Janeiro: ICOM/Associação Brasileira de Museologia. 2013. Disponível em: <http://www.minom-icom.net/files/declaracao-do-rio-minom.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC: princípios de base de uma nova museologia – 1984. Tradução: Mário Moutinho. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 15, n. 15, 1999. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342>. Acesso em: 26 ago. 2023.

HERITAGE SASKATCHEWAN; MUSEUMS ASSOCIATION OF SASKATCHEWAN. **Ecomuseum Concept: a Saskatchewan perspective on Museums without walls**. Regina, Canadá: Heritage Saskatchewan, 2015. Disponível em: [https://heritagesask.ca/pub/Resources/Publications/Ecomuseum%20Concept%20\(09%202016\).pdf](https://heritagesask.ca/pub/Resources/Publications/Ecomuseum%20Concept%20(09%202016).pdf). Acesso em: 26 ago. 2023.

ICOM. Mesa-Redonda de Santiago do Chile. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 15, n. 15, 1999. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/335>. Acesso em: 26 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade, aprovada em 17 de novembro de 2015. **Conferência Geral da UNESCO, 38ª Sessão**. Brasília: UNESCO Escritório Brasil/IBRAM, 2017. Disponível em: <http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2017/05/RecomendacaoProtecaoMuseuseColecoes.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

RIVIÈRE, G. H. The ecomuseum: an evolutive definition. **Museum International**, [s. l.], v. 37, n. 4, 12 jan. 1985 doi:10.1111/j.1468-0033.1985.tb00581.x Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/definicao_evolutiva_de_ecomuseu_.pdf. Acesso em: 26 ago. 2023.